

1  
2 **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB, ano**  
3 **2023**

4  
5 No dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e vinte e três, às 8h30min, no Auditório do Hotel  
6 Xique-xique, na Faz. Margens do Açude Epitácio Pessoa S/N, Boqueirão-PB, realizou-se a 1ª  
7 Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB, ano 2023, para  
8 deliberar sobre a seguinte pauta: 1. Abertura da reunião; 2. Informes; 3. Leitura e aprovação da ata  
9 da reunião anterior; 4. Apresentação e deliberação do Relatório de Atividades 2022 e Plano de  
10 Trabalho 2023 do Procomitês do CBH-PB; 5. Apresentação sobre Pagamento por Serviços  
11 Ambientais – SENAR/FAEPA; 6. Apresentação sobre o andamento do Projeto Nascentes Vivas –  
12 SUDEMA; 7. Apresentação do projeto sobre Diretrizes para governança adaptativa na bacia do Rio  
13 Paraíba e Alto Tietê; 8. Palavra facultada. Após a verificação de quórum, o Sr. Waldemir Azevedo  
14 Pereira (Presidente do CBH-PB) convidou para compor a mesa além da diretoria do CBH-PB, o Sr.  
15 João Adelino (Gerente de Bacia Hidrográfica AESA Campina Grande), a Sra. Maria Betânia  
16 (Gerente de Cobrança da AESA) e a Sra. Maraci de Sousa Virgolino (Gerente de Cadastro e  
17 Mobilização de Comitês da AESA) e fez a abertura da reunião saudando a todos e aproveitou o  
18 momento para fazer uma auto apresentação dos membros e ressaltou a presença do Prefeito de  
19 Taperoá, Sr. George Farias, prestigiando a reunião e fez questão de lembrar que o sentido principal  
20 dessa reunião é preservar a bacia, cuja água se destina para o consumo humano, dessedentação  
21 animal e para produção e disse que todo proprietário sabe onde tem ou teve uma nascente em sua  
22 propriedade o que facilita o resgate das fonte/nascentes. e passou ao item 3. Leitura e aprovação  
23 da Ata da reunião anterior a Sra. Fernanda Estevam (1ª Secretária do CBH-PB) fez a leitura e o Sr.  
24 Waldemir Azevedo (Presidente) perguntou se a assembleia concordava com o teor da Ata ou se  
25 tinha alguma contribuição a fazer, já que a mesma foi enviada por e-mail para os respectivos  
26 membros e todos concordaram com teor da Ata ora lida. O Sr. Cláudio Brandão – Vice Presidente,  
27 sugeriu e foi aceito uma inversão da Pauta e seguiu-se ao Item 5. Apresentação sobre Pagamento  
28 por Serviços Ambientais – SENAR/FAEPA com a Sra. Tatiana Pontes – O PSA é o Pagamento por  
29 Serviços Ambientais. No ENCOB 2022 teve um painel muito enriquecedor sobre esse tema e achou  
30 pertinente trazer para este Comitê é mais um conceito para entender e porque não implementar.  
31 Aqueles que estão no campo, produzindo, segundo informação da EMBRAPA confirmada pela  
32 NASA que se tem, 73,3% das arvores nativas preservada no Brasil, e desses 73,3% - 25,6%, é  
33 destinado a propriedades rurais. O Brasil é um país que tem a agricultura mais sustentável do  
34 mundo, os produtores e é necessário novos mecanismos, para conservar essa manutenção, porque  
35 a população aumenta, o consumo aumenta e para isto é necessário conservar as propriedades rurais  
36 para aumentar a qualidade por serviços ambientais, porque tudo isso vem do campo a nascente. O  
37 PSA é um mecanismo financeiro para remunerar produtores rurais, agricultores familiares e  
38 assentados, assim como comunidades tradicionais, pelos serviços ambientais prestados e que geram  
39 benefícios para toda a sociedade. Esses serviços podem ser por meio da conservação de vegetação  
40 nativa, ou da restauração de áreas e florestas degradadas para melhoria da qualidade da água,  
41 remoção de carbono, ou ainda conservação da biodiversidade (Lei 14.119 de 13 de janeiro/2021).  
42 Que institui o PSA e o pagamento ao produtor pode ser efetuado de diferentes formas, como repasse  
43 direto (monetário ou não) através da presença de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas,  
44 fruto de compensações vinculadas a certificados de redução de emissões por desmatamento e

45 degradação, via comodato, títulos verdes, ou cotas de reservas ambiental. Também é possível usar  
46 receitas obtidas, com a cobrança pelo uso dos serviços hídricos, decisão que compete aos Comitês  
47 de Bacias Hidrográficas - CBHs. Este Comitê pode tomar essa decisão. A ANA- Agência Nacional  
48 de Águas e Saneamento Básicos, lançou o Programa Produtor de Água que é a política de  
49 pagamento por serviços ambientais e a implantação de projetos direcionados a proteção dos  
50 recursos hídricos, deu uma pausa para passar o vídeo que versa sobre o PSA. O Programa prevê o  
51 apoio técnico e financeiro para execuções de ações como: construção de terraço e de bacia de  
52 construção; a readequação de estradas vicinais; A proteção de Nascentes; a recomposição e  
53 conservação de áreas com vegetação natural; o reflorestamento das áreas de proteção permanente  
54 e reserva legal; o agropecuário sustentável; o saneamento ambiental entre outros. Segue outro vídeo  
55 sobre o Rio Camboriú. Em varias reuniões falou-se que o rio Paraíba está assoreado e que as pessoas  
56 que tomavam banho no rio e hoje não existe mais, nem existe mata ciliar e porque não ter o Projeto  
57 Produtor de água no rio Paraíba. Em Estrema, Minas Gerais foram pioneiros, em 15 anos foi  
58 plantado mais de dois milhões de árvores e a proteção de mais de 500 nascentes. Quantas nascentes  
59 nós temos que morreram ou que precisam de recuperação o SENAR tem um manual de como fazer,  
60 muitos até querem mais não sabem a distância de cercar e etc. O Manual de Estrema/MG é bem  
61 simples e compartilhou outro vídeo sobre Projeto Oasis. Em Minas Gerais produtores são pagos  
62 por preservarem a água. No Ceará o PSA deverá ser implantado até o final de 2023 e na Paraíba  
63 existe a Lei 10.165 de 2013, que dispõe sobre a Política Estadual de Pagamento por Serviços  
64 Ambientais, autoriza instituir o Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá outras  
65 providências. Ela fala de dois caminhos a Comissão Estadual do PSA e Cria o Fundo. O Sr. Cláudio  
66 Brandão (Vice-Presidente do CBH-PB) disse que é uma Lei do Legislativo. O Sr. Marlindo disse  
67 que o agricultor está abandonado sem informação, sem apoio, porque quem deveria dar como a  
68 EMPAER está insuficiente. A Sra. Tatiana disse que era mais um motivo para que essa Lei seja  
69 implementada. O Sr. Paulo Medeiros Barreto (STR Agriculturas e Agricultores Rurais de Barra de  
70 Santana) disse que para se implementar uma lei dessa precisaria ter um estudo para cada perfil o  
71 Rio Paraíba começa com a Caatinga e termina com a mata atlântica. A quantidade de nascente no  
72 baixo Paraíba é muito maior, porém no alto Paraíba, por ser mais raso, a água é mais valiosa. Foi  
73 visto que em Minas Gerais existe o Manual então ele propõe criar uma câmara temática com três  
74 membros para aprofundar, para montar uma proposta de Manual para tentar implantar no rio  
75 Paraíba, não é uma tarefa fácil. Nessa proposta é preciso entender qual seria o valor por hectare,  
76 quem tem uma nascente qual é o tipo: perene ou intermitente. É trabalhoso, mas para o produtor  
77 rural é muito importante para ele entender que ele ganha só em conservar/preservar. O Sr. Antônio  
78 Márcio dos Santos Rodrigues Barbosa (Representante da Prefeitura de São João do Cariri) disse  
79 que a lei existe, mas é preciso ter as parcerias entre Estado, Município e a Sociedade civil  
80 organizada, só para citar em São João do Cariri através da secretaria de agricultura tem parceria  
81 com o INSA, a UFCG de Sumé onde o município doa sementes de árvores nativas e esterco já  
82 curtidos e recebe as mudas para plantar às margens do rio Paraíba através da parceria com a  
83 EMPAER e Procrase tem uma área de combate à desertificação e degradação do solo mais é preciso  
84 fazer um trabalho de conscientização com os proprietários dessas terras no sentido de revitalizar  
85 essas nascentes, ampliando as parcerias e oferecer estruturas. O Sr. Talles Chateaubriand de  
86 Macêdo (representante da Prefeitura Municipal de Serra Branca) disse que Independente do PSA  
87 ou não a nascente pode ser a salvação do negócio e até mesmo da própria família, água boa de  
88 qualidade os produtores rurais precisam dessa água, o seu pedido como cidadão, é que seja qual for

89 a iniciativa desse Comitê, é bem-vinda, não esperem pelo Estado cobrem. A Sra. Fernanda Estevam  
90 parabenizou a presença do Sr. Prefeito e disse que essa discussão é importante e que entende a fala  
91 do Sr. Paulo Medeiros Barreto (representante do STR de Barra de Santana), como produtor, pois a  
92 bacia do Paraíba é muito extensa, com suas diversidades de clima solo, vegetação e etc. então cada  
93 um como representante dos segmento podem fazer enquanto Comitê nesse contexto, é bom pensar  
94 em fazer um diagnóstico, como falou o professor que seja com o PSA ou não. A conscientização  
95 ambiental é muito importante, daí entender o ponto de vista de Paulo e o de Talles O esgoto da  
96 casa do Prefeito de Taperoá é jogado no rio Taperoá a 80km para dentro do rio, Taperoá era um  
97 dos maiores produtores de milho e de algodão da Paraíba e hoje não produz mais, o lençol freático  
98 baixou muito, em 1990 cavou um poço amazonas com 5 metros e meio de profundidade colocou  
99 duas bombas, e não deu conta, teve que parar o serviço da construção, hoje não tem um dedo de  
100 lâmina de água, o processo de desertificação em Taperoá é muito grande e ele tem a obrigação de  
101 participar das reuniões do Comitê. Esta semana ele vetou um projeto de lei de um vereador que  
102 propôs dá a Taperoá o título de capital nacional do algodão agroecológico, não tem logica Taperoá  
103 se auto titular. Isso quer dizer que políticos, vereadores e deputados, fazem muitas leis para dizer  
104 que está produzindo. O que vai mudar mesmo é a nossa consciência, entende que esta sala tem que  
105 estar cheia na próxima reunião, se tem tecnologia e material humano, o que falta é dinheiro, próxima  
106 segunda feira vai ter em Brasília uma reunião com o Ministro do Desenvolvimento articulada por  
107 Veneziano Vital, em fim é uma questão de consciência, mas tem que ir atrás. A Sra. Tatiana Pontes,  
108 finalizou a apresentação dizendo que essa Lei 10.165 de 2013 existe, vamos saber qual o entrave  
109 de criar essas comissões, tem os membros porém o Vice e o Presidente deve ser escolhidos pelo  
110 Secretário de Estado, tem tudo determinado quem vai participar porque é dessa comissão que vem  
111 todo o desdobramento. O Sr. Waldemir Pereira (Presidente) referindo a fala do Sr. Paulo, pontuou  
112 que além da conscientização e águas do rio, é necessário que haja tolerância, fazer a pergolação é  
113 caro, mas fazer meio hectare de tela ou de arame, não pode entrar nada, tem que fechar mesmo, é  
114 caro para fazer isso além de plantar as árvores, ele precisa receber por isso, além da conscientização.  
115 A questão das árvores do rio. Tem um projeto de recuperação do rio, em 2022 foi muito discutido  
116 nesse Comitê. No CERH do qual é membro representando este Comitê um Professor do Ceará disse  
117 que está fechado mesmo esse trabalho, é um custo altíssimo, e será pelo Banco Mundial. Este  
118 Comitê apenas cobra essa ação, o comitê tem dinheiro, mas a execução vai ser feita com recurso  
119 do Banco Mundial. Vai acontecer uma reunião extraordinária deste Comitê para discussão e  
120 elaboração de uma proposta do que se quer e como aplicar esse recurso do Comitê para apresentar  
121 ao CERH para aprovação. Outro Ponto que foi muito discutido no ENCOB, é a questão do  
122 esgotamento da área rural também, que já é um problema hoje. Sendo que este, além do tratamento  
123 da água gerar benefício, se pode usar pequenos biodigestores para que o proprietário possa usar  
124 como gás de cozinha e tenha adubo de qualidade. Esse PSA além de beneficiar a natureza gera  
125 receita, movimenta a economia as pessoas vivem melhor e etc. tem que envolver a Federação da  
126 Agricultura, empresas privadas, governos municipal e federal. O Saneamento sanitário o próprio  
127 recurso do Comitê pode ser investido nisso. Vai ser colocado isso em discussão, foi feito duas  
128 visitas em Monteiro, passando por São Domingos estavam fazendo, um estande grande de  
129 tratamento de esgoto, mas cidade nenhuma tem, Itabaiana é cem por cento no rio, mas nem a  
130 população nem os gestores estão preocupados com isso. O Sr. Sérgio Murilo Santos de Araújo  
131 (Representante UFCG) o PSA e o saneamento podem ser um programa integrado, em Boa Vista a  
132 UFCG desenvolve dois sistemas biodigestor para que o no semiárido tem vários projetos que fazem

133 o reuso de água que resolve saneamento em comunidades rurais, seja em residências, seja a própria  
134 comunidade coletando essas águas que podem ser reutilizadas, além disso essa água é reutilizada  
135 para produção agrícola, a fossa biodigestor pode utilizar para produzir palma Tem comunidade que  
136 tem água em abundância mais muitas vezes a fossa vai diretamente para algum manancial. Sr.  
137 Tarcísio Alves Cordeiro (representante da UFCG) perguntou se dá para integrar a esse programa a  
138 utilização de agrotóxico. O Sr. Murilo disse que é questão da própria discussão em relação a  
139 conscientização em educação ambiental de quem está praticando. Por que tem exemplo de  
140 Boqueirão com agrotóxico, mas existe práticas agroflorestais, agroecológica que produz, e quando  
141 o produtor começa a entender que a produção dele não tem doença, não tem problema de saúde.  
142 Estamos no século 21 e ainda não se tem a consciência da transição ecológica. Conforme Talles  
143 falou a possibilidade dos grupos temáticos nesse Comitê e pode se pensar na reutilização de dejetos,  
144 águas sanitas, o investimento pode ser estatal ou municipal, precisa ter a integração de  
145 conhecimento para poder gerar uma condição em que se tenha um Programa por Serviços  
146 Ambientais. Em relação aos rios é necessário fazer um procedimento de áreas degradadas, as  
147 próprias comunidades podem produzir mudas para serem colocadas em áreas de nascentes. É  
148 possível fazer atividade agropecuária conjuntamente com a transição Retornando a Pauta passou-  
149 se ao item 6. Apresentação sobre o andamento do Projeto Nascentes Vivas – SUDEMA; O Sr. Itallo  
150 Harlan R. Alves Gomes - Divisão de Implantação de Programas Ambientais e Projetos – DIPAP,  
151 engenheiro florestal, está a serviço da SUDEMA e recentemente responsável pela coordenação que  
152 trata do projeto Nascentes Vivas PLANO DE RECUPERAÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE  
153 ÁREA DEGRADADA OU ALTERADA (PRADA) NAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO  
154 OU MONITORAMENTO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL O PROJETO NASCENTE VIVA  
155 O Projeto: Tem por objetivo a recuperação, restituição, reabilitação de um ecossistema ou de uma  
156 população silvestre degradada diferente de sua condição original, área impossibilitada de retornar  
157 por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo  
158 restaurada, apenas recuperada. Programa de Regularização Ambiental - PRA compreende um  
159 conjunto de ações e iniciativas que devem ser desenvolvidas por proprietários/possuidores de  
160 imóveis rurais para a adequação e promoção da regularização ambiental de seus imóveis. Conceitos  
161 Base sobre PRAD/PRADA – 1. Licenciamento Ambiental - Resolução Conama 237/1997 - âmbito  
162 Estadual; 2. Autorização Ambiental - PRAD área comuns e áreas de lixões; 3 Termo de Referência  
163 para cada área; 4. SIGMA SUDEMA - Processo Digital; Parâmetros PRAD/PRADA -1. Fonte e  
164 Grau de Degradação Varia de “Muito Baixo” a “Grave”. 2. Diagnóstico da área Delimitação e  
165 identificação da área; Histórico de uso e ocupação; Definição dos impactos ambientais; 3. Recursos  
166 Financeiros Escolha de espécies Florestais adequadas; Aquisição de mudas; Enriquecimento do  
167 solo; 4. Modelo de recuperação - Plantio de sementes; Plantio de mudas; Regeneração natural;  
168 SAFs; Controle de erosão. 5. Execução Implantação; Monitoramento da recuperação ambiental;  
169 Educação Ambiental (exposição de vídeos com várias fontes de degradação inclusive alteração ou  
170 desvio de rio) O Projeto Nascente Viva implantado pela Superintendência de Administração do  
171 Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA) considerando um cenário socioambiental da região, a fim  
172 de promover a recuperação e readequação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de  
173 nascentes inseridas na Bacia do Rio Paraíba bem como das margens da calha principal considerando  
174 o seu Médio e Alto curso. Objetivos Diagnóstico - Áreas de APP de Nascentes da Bacia do Rio  
175 Paraíba e margens do Rio Paraíba; CADASTRO Coleta de dados, registro fotográfico e  
176 caracterização das nascentes e APPs das margens do rio. ADEQUAÇÃO - Ações de recuperação,

177 preservação e monitoramento das APPs de nascentes e margens do Rio Paraíba; AÇÃO SOCIAL -  
178 Ações de sensibilização, capacitação e Educação Ambiental objetivando a preservação;  
179 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Repor recursos naturais advindos da flora por meio da  
180 Reposição Florestal. Justificativa 1. Bacia do Rio Paraíba - Rio Paraíba Recurso Hídrico do Estado  
181 de maior importância; Regularização ambiental no que se refere ao regime de proteção de Áreas de  
182 Preservação Permanente – APP; 2, Mitigar Impactos Ambientais- Processos de Erosão e  
183 Assoreamento do Rio Paraíba; Uso descontrolado dos recursos hídricos; Poluição ou contaminação  
184 por agrotóxicos; 3. Compensação Ambiental - Déficit de reposição florestal; Mesmo Bioma -  
185 Caatinga; Auxiliar os posseiros e proprietários rurais a cumprir com a legislação ambiental  
186 pertinente. Cronograma Elaboração e Estudos de Viabilidade Iniciou os estudos e levantamentos  
187 para implantação do Projeto Nascente Viva em 2020; Realização do Diagnóstico Hidroambiental  
188 para aferição das condições das possíveis nascentes que compõem a Bacia do Rio Paraíba em 2021;  
189 Início da Implantação do Projeto nas APPs do Rio Paraíba - lançamento do Projeto com área piloto  
190 em Monteiro 2022; Continuidade do Projeto sendo implantado e mantém-se o acompanhamento  
191 das áreas já plantadas 2023; O Diagnóstico Hidroambiental realizado nos município (Amparo,  
192 Barra de São Miguel; Boqueirão, Cabaceiras, Monteiro, Sumé, Ouro Velho, Pratas, São Domingos  
193 do Cariri, Camalau, Caraúbas, São Joao do Cariri, São João do Tigre, Congo, Zabelê, Coxixola,  
194 São Sebastião do Umbuzeiro e Serra Branca) identificada 750 Nascentes - 49% Preservada - 364  
195 nascentes; - 26,9% em recuperação - 202 nascentes; 24,5% sem acesso ou não encontrada 184  
196 nascentes. Resultados Parciais - 542,76 há Déficit de Reposição Florestal destinados ao Projeto.  
197 28,30 há Área plantada nas APPs do Rio Paraíba e 4,50 há Área em fase de plantio;  
198 Responsabilidades – SUDEMA: Promover a reposição florestal; Emitir a Autorização para  
199 Execução de PRAD/PRADA; Fiscalizar e orientar a execução dos trabalhos de reposição florestal;  
200 Responsabilidades das EMPRESAS: Apresentar o PRAD; Cumprir com a implantação e  
201 manutenção da reposição florestal, prazo de 120 dias; Priorizar o plantio das espécies florestais  
202 nativas de Caatinga contidas na Portaria IBAMA Nº 37-N/92, na Lei Estadual 9.857/12.  
203 Responsabilidades dos PROPRIETARIOS: Autorizar o plantio por meio da reposição florestal;  
204 preservar e não danificar a APP, realizando o devido cercamento da área quando necessário;  
205 cumprir com as medidas de controle e adequação com relação à recuperação e degradação dos  
206 danos ambientais causados. Os Resultados Parciais foram demonstrados através de fotos. Prós e  
207 Contras: 1. Contato: Acesso ao proprietário rural; Adesão ao Projeto; 2. Controle da Área de  
208 Reposição Florestal: Pisoteio das mudas; Substituição da área de plantio por cultivo agrícola; 3.  
209 Adequação das áreas de APPs: Benefício para os proprietários rurais; Recomposição da Mata  
210 Ciliar; Adequação da APP para fins de análise do CAR; 4. Legislação Ambiental: Política Nacional  
211 de Recursos Hídrico; Lei 12.651/2012(Código Florestal); Compensação/Reposição Florestal. 5.  
212 Adversidades: Salinidade do Solo; Presença de animais; Ações adversas dos proprietários rurais  
213 2.31.39, O Sr. Waldemir Pereira agradeceu ao Sr. Ítalo pela a excelente apresentação e passou ao í  
214 tem 7. Apresentação do projeto sobre Diretrizes para governança adaptativa na bacia do Rio Paraíba  
215 e Alto Tietê; com o Professor Irivaldo que iniciou agradecendo ao Sr. Waldemir Presidente –  
216 Presidente do CBH-PB e ao Sr. João Adelino Gerente de Bacia da AESA) por essa interação feita  
217 com o projeto e vai falar como surgiu, vem trabalhando no mestrado em gestão e regulação de  
218 recursos hídricos - o Prof.Água, sediado em Sumé/PB, no Nordeste três Universidades têm esse  
219 mestrado Sumé, UFCG, Universidade de Federal do Pernambuco e Universidade Federal da Bahia  
220 em Feira de Santana, que já está na terceira e quarta turma com diversos projetos, sob a coordenação

221 do Professor Hugo Alcantara e a finalidade essencial desse mestrado é capacitar o sistema e seria  
222 muito interessante que o Comitê fizesse parte do mestrado, pois tem participado representantes do  
223 sistema de recursos hídricos do Ceará, Rio Grande do Norte e da Paraíba também, ano passado foi  
224 lançado uma proposta da 1ª turma de doutorado, sendo que essa proposta surgiu nesse mestrado; a  
225 partir daí surge a parceria com outras instituições de pesquisa como Universidade de São Paulo,  
226 Universidade Federal do ABC, Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos, com a  
227 finalidade de fazer um trabalho comparativo, uma vez que São Paulo passou por uma grave crise  
228 hídrica em 2014 por uma grande crise hídrica, em discussões em congressos surgiu a necessidade  
229 de fazer um trabalho em parceria, surgiu um edital da FAPESQ, com dinheiro do Governo do  
230 Estado da Paraíba e do Governo do Estado de São Paulo, sendo condição desse edital que houvesse  
231 uma equipe de São Paulo e uma equipe da Paraíba. Foram aprovados 03 projetos da UFCG  
232 (Professora Iana, Prof. Carlos Galvão e o Prof. Irialdo) que trabalham com abastecimento público.  
233 A região de trabalho é a do Rio Paraíba, a intenção é trabalhar com a propositura de diretrizes gerais  
234 no contexto de mudanças climáticas. A primeira coisa é fazer um relatório da bacia hidrográfica,  
235 que no primeiro momento parece muito diferente, tem pessoas do Comitê de bacia de um lado e  
236 pessoas do Comitê do alto Tietê no grupo a intenção é fazer uma troca. A intenção da FAPESQ na  
237 Paraíba é que a equipe da Paraíba aprenda com a equipe de São Paulo que tem uma certa experiência  
238 e pode nos ensinar muita coisa e a equipe da Paraíba também pode ensinar, porque há muito tempo  
239 sofremos com a seca, a seca não é novidade para nós. Talvez para eles fosse e eles tem todo interesse  
240 em aprender. Foi esse o início da Parceria. A intenção do projeto é trabalhar em parceria com esse  
241 comitê, não sendo um projeto fechado às mudanças, muito pelo contrário, as contribuições diversas  
242 são bem vindas. Diante de tudo que ouviu nessa reunião, aprendeu muito, com as apresentações  
243 (SUDEMA e FAEPA/SENAR) percebeu-se que os membros estão interessado em fazer a coisa  
244 certa, nada melhor que aproximar a Academia Universidade, da população dessa comunidade. A  
245 intenção é dar o primeiro passo para essa aproximação do Comitê por isso está nesta reunião. Os  
246 produtos desse projeto 1º elaborar as diretrizes para ser usadas como encaminhamento para  
247 discussão futura de um Plano de Bacia, o que tem no site da AESA é de 2001, está sendo lido para  
248 discutir e comparar com o material de São Paulo e deixar para o Comitê discutir. 2º Fazer o  
249 webinários com esses especialistas para fazer essa troca online; 3º uma capacitação adequada para  
250 o Comitê e que seja toda online e disponibilizado no site da AESA, gratuito com certificação e um  
251 material instrucional, ou seja um material que possa ficar para ser multiplicado, essas diretrizes  
252 num período de dois anos, até 2025, sempre pautado no diálogo o Comitê e manter a parceria.  
253 Instituições envolvidas: UFPB, UFCG, IFPB, Universidade de São Paulo, Universidade do ABC e  
254 Universidade do Vale do Paraíba. Eles terão três missões dia 25 de junho eles vêm passar uma  
255 semana aqui e vão conhecer Boqueirão, a transposição o canal que leva água para Araçagi, conhecer  
256 algumas comunidades Rurais, a maioria não conhece o nordeste. O Nordeste tem uma pujança de  
257 muito desenvolvimento e pode se desenvolver mais ainda, vai começar conhecendo os projetos do  
258 INSA e possivelmente conversar com um grupo de representantes deste Comitê, para troca de  
259 ideias. Finalizou dizendo que vai enviar o material para ser postado no grupo da AESA e agradeceu  
260 a oportunidade da receptividade. O Sr. Waldemir Pereira agradeceu a brilhante apresentação do  
261 trabalho e falou com o Professor Irialdo sobre outro plano que vai iniciar, incluindo outras pessoas.  
262 O Professor disse que é um Programa de mestrado financiado pela ANA e quem é do sistema tem  
263 uma pontuação maior entre os demais. O Sr. Waldemir Pereira disse que se dispõe a conversar com  
264 a equipe que vem visitar a Paraíba e convidou o Sr. João Adelino. E convidou todos a conhecer o

265 Sr. João Batista que é de Itabaiana e também ribeirinho, aposentado e um defensor do meio  
266 ambiente incondicional, tem um trabalho de reciclagem em Itabaiana, muito interessante.  
267 Continuando com a Pauta passou ao item 4. Apresentação e deliberação do Relatório de Atividades  
268 2022 e Plano de Trabalho 2023 do Procomitês do CBH-PB. Sr. Cláudio Brandão (Vice Presidente  
269 do CBH-PB) lembrou que esse plano foi enviado por e-mail, com antecedência, para todos os  
270 membros, fez a leitura do Relatório de Atividades 2022 e do Plano de Trabalho 2023, constatado  
271 que realmente todas as ações apresentadas foram cumpridas ou estão sendo cumpridas, após a  
272 leitura e análises dos membros foi aprovado o Relatório de Atividades 2022 e o Plano de Trabalho  
273 2023. O Sr. Cláudio referindo-se a fala do Sr. Waldemir Pereira sobre o dinheiro do Comitê fez  
274 uma ligeira retrospectiva do motivo desse dinheiro do Comitê, em 2012 quando foi aprovado a Lei  
275 da cobrança da água bruta da bacia é cobrada esse dinheiro vai para o FERH e volta para a bacia é  
276 mais um Plano anual com as ações, até o professor falou dos corpos de água a qualidade como está,  
277 vai encaminhar o plano de aplicação do FERH, o que o professor falou consta no plano, item 4,  
278 cabe ao Comitê acompanhar, o valor para este trabalho é de 960.000,00, tem política de cobrança  
279 pelo uso da água, no terceiro trimestre já se programa para fazer do ano seguinte e colocar em  
280 prática aquilo que o Comitê quer na aplicação de recurso, então é o momento de recolher ideias dos  
281 membros para ser encaminhadas ao CERH para aprovação, o de 2023 foi aprovado resta o  
282 acompanhamento do Comitê. O de 2024 pode-se dar as sugestões para serem acatadas, será  
283 colocado por e-mail para os membros e já está disponível no site da AESA. Respondendo ao  
284 Professor Tarcísio, a Sra. Betânia disse que a AESA tem o Qualiágua convênio da ANA com os  
285 Estados e, na Paraíba contempla vários pontos, não sabe dizer se os parâmetro que o senhor precisa  
286 está inserido nele, inicialmente eram 56 pontos agora foi ampliado para 70 pontos e com certeza  
287 metal pesado não está incluso. A Sra. Fernanda ressalta que o Plano Estadual de Recursos Hídricos  
288 está sendo atualizado pelo Banco Mundial e os enquadramentos de Corpos hídricos é um trabalho  
289 minucioso de se fazer. A Sra. Betânia disse que está em processo de licitação o estudo para o  
290 enquadramento no Estado. O Sr. Geandre (representante de São João do Cariri) considerando o que  
291 já foi dito sugere para a próxima pauta de reunião, e pelas as apresentações da SENAR e SUDEMA  
292 um hectare é pouco para plantar, milho, feijão, hortaliças, palma e capim, que a AESA possa  
293 analisar a sugestão de aumentar esse campo de irrigação da área para dois hectares e cobrar a  
294 outorga proporcionalmente, porque para quem tem uma hectare irrigada é muito pouco para o  
295 criador plantar capim, hortaliças e feijão. É uma reivindicação de São João do Cariri para que a  
296 AESA possa aumentar essas áreas. O Sr. Cláudio Brandão disse que essa solicitação é pertinente e  
297 é uma reivindicação de toda a bacia e que vai com o Presidente Waldemir do CBH-PB falar com a  
298 Diretoria da AESA. O Sr. Ítalo inclusive já falou sobre isso outro período irrigado de gente que  
299 vem de fora e a monocultura cultura como pimentão e tomate três vezes ao dia, sete dias por semana.  
300 A SUDEMA autua por supressão de vegetação irregular, mais o uso da água é com a AESA a  
301 outorga e a maioria ali não tem. O Sr. Lenilson disse que em São Domingos do Cariri, a Secretaria  
302 de agricultura é uma extensão da AESA, João Adelino sabe que tem sido feito um trabalho e hoje  
303 não precisar que o irrigante vá até Joao Pessoa ou Campina Grande. A Secretaria faz esse  
304 procedimento e envia a solicitação para a AESA e no final da tarde já se recebe o  
305 documento/outorga emitido pela a AESA. Parabeniza a toda a AESA pela eficiência. O Sr.  
306 Waldemir Pereira disse que é uma preocupação que se tem, porque tudo sai da terra por isso se deve  
307 preservar. Se reconhece os cuidados da AESA, mas se está numa situação de organização, chegando  
308 a água do PISF, se teve algumas ideias, mas não vamos deixar de lutar por isso. Nesse programa de

309 recuperação do rio, esse canal Acauã Araçagi, permite a irrigação de 16 mil hectares. Quem vai  
310 fazer essa irrigação são empresas. Neste momento passou ao item 8. Palavra facultada O Sr.  
311 Martinho Aparecido de Sousa (representante da Prefeitura de Monteiro) referindo-se a questão do  
312 pessoal/irrigantes que vem de fora, são pequenos produtores que arrendaram suas terras, a discussão  
313 não é muito o tamanho, conhece umas pessoas que viviam as margens do rio e outros as margem  
314 do açude Porções, que arrendaram suas terras a gente de lá mesmo e foi morar na cidade, as grandes  
315 empresas que estão por lá são terras arrendadas dos pequenos produtores. O Sr. Kristeny Leite  
316 Chaves (representante Prefeitura de Boqueirão) disse que só no rio Paraíba a AESA só outorga a  
317 metade já a ANA para o mês vai outorgar todas as propriedades até seis hectares, o que abre  
318 precedente, pode para o federal e não pode para o estadual. O Sr. João Adelino (AESA) disse que  
319 essa delimitação de seis hectares é uma resolução publicada em 2022, de fato dá pra ter esse  
320 benefício até seis hectares, desde que priorize o sistema de micro aspersão, gotejamento, são  
321 culturas temporais não são as perenes como as frutíferas. Com relação a essa delimitação de meio  
322 hectare, vai ser revista agora que se está com uma certa constância da água do PISF, que está sendo  
323 utilizado o Açude de Poções, para dar um suporte para Camalaú, visando uma futura alocação de  
324 água, a ser feita em julho, tanto no açude Cordeiro, como também o açude Camalaú. Fazendo essa  
325 alocação dos dois, vai se conseguir através desses cálculos dizer exatamente quanto vai ser solto de  
326 volume desses açudes. O Congo é mais um que vai ser perenizado nesse rio no trecho e  
327 consequentemente os usos. Essa delimitação vai ser revisto nessa resolução. A Sra. Fernanda  
328 solicita que isso conste em ATA. A Sra. Maria Isabel Borges de Oliveira (representante do  
329 Sindicato dos Produtores Rurais de Olivedos) disse que Olivedos tem dois açudes que estão  
330 gemendo de tanta água. A população ficou apavorada, ela fez um apelo no grupo e João Adelino  
331 fez uma visita técnica aos mananciais do município e tranquilizou a população, o risco é mínimo.  
332 E pergunta como vai ser o tratamento dessa água do Canaã que vai entrar na rede de consumo da  
333 CAGEPA. O Sr. Waldemir disse que precisa do nome de mais duas pessoas para fazer o  
334 acompanhamento do grupo técnico para o estudo da Cobrança, o Sr. Waldemir já se dispôs como  
335 usuário de água e preciso de outra pessoa do segmento poder público se colocou à disposição a Sra.  
336 Raissa Tavares Estevam Ramalho representante da Prefeitura Municipal de Cabedelo. O Sr.  
337 Waldemir solicitou a Sra. Fernanda para anotar o nome dos professores presentes, bem como o  
338 pessoal da SUDEMA para possíveis contatos pertinentes. Disse também que as universidades tem  
339 muita coisa boa que ficam guardadas a ideia é aproveitar mais os saberes do mundo acadêmico em  
340 benefício do Comitê. Referindo-se a solicitação da criação da câmara temática composta por três  
341 pessoas do alto Paraíba, do médio e do baixo Paraíba que ficou composta por Talles, Fernanda e  
342 Tatiana. A Sra Betânia(Gerente de Cobrança da AESA) lembrou que a AESA está lançando a  
343 segunda turma do curso de Pós-Graduação em gestão sustentável em recursos hídricos e cada  
344 Comitê tem direito a duas vagas, as aulas acontecerão em João Pessoa, é quinzenal na sexta e  
345 sábado, entra no site da AESA e se inscreve até o dia 07/06, e para informação apresentou uma  
346 planilha com os valores arrecadados por bacia hidrográfica e por Comitês: Litoral Sul R\$  
347 1.962,035,89; Litoral Norte R\$ 860.706,20 e o do Rio Paraíba por sua extensão é o Comitê que  
348 mais arrecada R\$ 2.031.009,25 e Piranhas água 100% estadual com captação da CAGEPA, água  
349 subterrânea e uma ou outra captação R\$ 282.365,57 e as bacias que não tem comitê constituído  
350 Curimataú, Jacu e Trairi quase R\$ 20.933,130, totalizando arrecadação de 2022: R\$ 5.157.050,04,  
351 isso consta no site da AESA. Nada mais nada mais havendo a tratar o Sr. Waldemir Azevedo Pereira  
352 (Presidente do CBH-PB) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Cláudia Fernanda

353 Costa Estevam (1ª Secretária Geral do CBH-PB), lavrei a presente Ata que após lida e aprovada  
354 será anexada a lista dos membros presentes.



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB)

1ª Reunião Ordinária no ano de 2023

DATA: 26/05/2023 | 09h00 | LOCAL: Auditório do Hotel Chique-chique | MUNICIPIO: Boqueirão/PB

### LISTA DE PRESEÇA

Usuários de Água					
Nº	Vaga	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Adelton Raulino Vicente da Silva	o mesmo	<i>Adelton Raulino Vicente da Silva</i>	<i>adelton.raulino@cbhpb.com</i>
2	Titular	Anderson Gonçalves Crocchia	o mesmo		
3	Titular	André Gustavo Jansen de Oliveira	o mesmo		
	Suplente	Jocemir Paulino da Silva Junior	o mesmo		
4	Titular	Antônio Carlos de Almeida	o mesmo		
5	Titular	Aquicultura Santa Maria	Gabriel Dentas Vilar		
6	Titular	Borba e Cahú: Aquicultura Ltda	Leonardo Costa Barros Cahú		
7	Titular	Cia Utina São João	Fabiana Donato Soares Lisboa		
8	Titular	Cleivaldo Antonio Araujo	o mesmo		
9	Titular	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Lucílio José dos Santos Vieira		
10	Titular	Eduardo Camelo Borba Filho	Eduardo Camelo Borba Filho		
11	Titular	Ferreira e Marinho Aquicultura LTDA	Josefa Karina da Silva		
12	Titular	Hélio Oliveira Barbosa	o mesmo		
13	Titular	Japungú Agroindustrial LTDA	Alexandre Maciel Guerra		

355

14	Titular	Leandro Nunes Azevedo	o mesmo		
15	Titular	Leandro Ross Machado de Lima	o mesmo		
16	Titular	Leirson Bezerra da Silva	o mesmo	<i>Leirson Bezerra da Silva</i>	
17	Titular	Mirni Alimentos e Bioenergia S/A	Gabriela Cristina Soares Rodrigues	<i>Gabriela Cristina Soares Rodrigues</i>	
18	Titular	Rafael Brito Ribeiro Coutinho	o mesmo		
19	Titular	Real pescado	Alexandre Santos de Abreu		
20	Titular	Rivaldo Paulo de Souza	o mesmo	<i>Rivaldo Paulo de Souza</i>	
21	Titular	União Criação de Camardes LTDA-NE	Pedro Gonçalves de Andrade Filho		
22	Titular	Japungú Agroindustrial LTDA - Unidade Agroval	Ulysses Curvelo Cavalcanti		
23	Titular	Valdemir Azevedo Pereira	o mesmo	<i>Valdemir Azevedo Pereira</i>	
24	Titular	Wesley Juan Silva	o mesmo	<i>Wesley Juan Silva</i>	

356

Sociedade Civil					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Associação de Proteção Ambiental Il Verde	Albino Silva Monteiro	<i>Albino Silva Monteiro</i>	
2	Titular	Associação dos Condutores da Paraíba	Alison Francisco dos Santos		
	Suplente	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA/PB	Hugo Barbosa de Paiva Junior		
3	Titular	Associação dos Irrigantes do Açude Epitácio Pessoa	Cláudia Fernanda Costa Estevam	<i>Cláudia Fernanda Costa Estevam</i>	
	Suplente	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP	Francisco de Assis Benevides Galvão		
4	Titular	Centro de Apoio, Promoção e Desenvolvimento da Aprescolologia e Agricultura Familiar	Carlos Emanuel Moura da Silva	<i>Carlos Emanuel Moura da Silva</i>	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camalaú	Eduardo Berrando da Silva		

5	Titular	Centro de Conscientização, Defesa Ambiental e Social - CCOAMS	Marlindo Francolino Gomes	<i>Marlindo Francolino Gomes</i>	
	Suplente	Centro Vida Nordeste	Itarajá Venâncio Marinho		
6	Titular	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis - ITAMARE	João Batista da Silva	<i>João Batista da Silva</i>	
	Suplente	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza - APAN	Lúcia Maria de Medeiros Silva		
7	Titular	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA	Tatiana Gomes de Freitas	<i>Tatiana Gomes de Freitas</i>	
8	Titular	Instituto Federal de Educação - IFPB	Paulo Tavares Monte Filho		
	Suplente	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Tarciso Alves Cardoso	<i>Tarciso Alves Cardoso</i>	
9	Titular	Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado da Paraíba - SINDALCOOL	Daniel da Silva Maciel		
	Suplente	Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP	Temístocles Nazareno Vitorino de Rocha		
10	Titular	Sindicato dos Produtores Rurais de Campina Grande	João de Deus Rodrigues		
	Suplente	Sindicato dos Produtores Rurais de Itabalana	Maria Emília de Sousa Ramos		
11	Titular	Sindicato dos Produtores Rurais de Oliveira	Maria Izabel Rôças de Oliveira	<i>Maria Izabel Rôças de Oliveira</i>	
12	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caturité	João Gomes de Andrade	<i>João Gomes de Andrade</i>	
	Suplente	Sindicato Rural de Jucatinga	Humberto Gonçalves Araújo	<i>Humberto Gonçalves Araújo</i>	
13	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira	Vânia Maria da Silva Costa	<i>Vânia Maria da Silva Costa</i>	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado	Vânia Victor Felipe dos Santos		
14	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Gurinhém	Genivaldo Mariano da Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Cecília	João Valter de Lira		
15	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Domingos do Cariri	Andréia Pereira Diniz	<i>Andréia Pereira Diniz</i>	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riacho de Santo Antônio	Antonio Galvão Pereira		
16	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mariz	Raquel Barbosa da Silva	<i>Raquel Barbosa da Silva</i>	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juco do Seridó	João Agnelo da Silva		
17	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Barra de Santana	Paulo Medeiros Barreto	<i>Paulo Medeiros Barreto</i>	<i>PM BARRA@GMAIL.COM</i>
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Luiz Silva		
18	Titular	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Sérgio Murilo Santos de Araújo	<i>Sérgio Murilo Santos de Araújo</i>	

357

Poder Público Federal					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Instituto Nacional de Semáforo - INSA	Marcelo José Gama da Silva	<i>Marcelo José Gama da Silva</i>	<i>MARCELO.SILVA@INSA.GOV.BR</i>
2	Suplente	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCs	Renato Roberto Fernandes de Avelar		
	Titular	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	Roseane Batista da Cunha		

Poder Público Estadual					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	João Adelfino de Lima Filho	<i>João Adelfino de Lima Filho</i>	<i>joaoadelfino@gesta.rr.gov.br</i>
	Suplente	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	Francisco José de Brito Sousa		
2	Titular	Secretaria de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SEIRHMA	Fávia Dias Suassuna		
3	Titular	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA	Semara Galvão da Silva	<i>Semara Galvão da Silva</i>	<i>SEMARA.SUDEMA@GIC.PB.GOV</i>
	Suplente	Secretaria de Estado da Saúde - SES	Liliane de Araújo L.M. Lino		
4	Titular	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	Demilson Lemos de Araújo		
	Suplente	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão rural e Regularização Fundiária - ENPAER	Ailton Francisco dos Santos		

Poder Público Municipal					
Nº	Vaga	Municípios	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Prefeitura Municipal de Boqueirão	Kristony Leite Chaves	<i>Kristony Leite Chaves</i>	<i>KRISTONY.LEITECHAVES@GMAIL.COM</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Riacho de Santo Antônio	Adilson Moraes de Farias		
2	Titular	Prefeitura Municipal de Cabaceiras	Paulo Sérgio da Silva Barros		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Itabalana	Ruan Blandow Bernardo dos Santos		
3	Titular	Prefeitura Municipal de Cabedelo	Rafissa Tavares Esteves Ramalho	<i>Rafissa Tavares Esteves Ramalho</i>	<i>RAFISSA@2009.PB.GOV</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa	Alex Sandro Azevedo Vieira		
4	Titular	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Claudio Brandão Costa	<i>Claudio Brandão Costa</i>	<i>CBR@COSTA@HOTMAIL</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Sumé	José Romério Soares Brito		
5	Titular	Prefeitura Municipal de Caraihas	Rone Feitosa de Sousa		

358



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E. PB, 05.09.2006.

6	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Cariri	Antonio Marco dos Santos Rodrigues Barbosa	
	Titular	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Cláudia Ferreira da Silva	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Salgadinho	Fábio Junior dos Santos	
7	Titular	Prefeitura Municipal de Monteiro	Martinho Aparecido Souza Almeida	Martinho AS Almeida
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Tigre	José Tadeu de Queiroz	
8	Titular	Prefeitura Municipal de São Domingos do Cariri	Geandre Alves de Castro	Geandre Alves de Castro
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel	José Batista Filho	
9	Titular	Prefeitura Municipal de São José dos Cordeiros	Paolla Ketyly Silva Leite	Paolla Ketyly Silva Leite
	Suplente	Prefeitura Municipal de Cubati	Flávio de Lima Araújo	
10	Titular	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro	José Diego de Souza Elenbão	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Congo	Benedito Carlos Deodato da Silva	Benedito Carlos de Silva
11	Titular	Prefeitura Municipal de Serra Branca	Talles Chateaubriand de Macêdo	Talles Chateaubriand de Macêdo
	Suplente	Prefeitura Municipal de Desterro	Ananias Simoes dos Santos	
12	Titular	Prefeitura Municipal de Taperoá	George Ciro Monteiro de Farias	George Farias
	Suplente	Prefeitura Municipal de Soledade	Raissa Borges Oliveira	Raissa Borges Oliveira

Outros participantes				
Nº	Nome	Instituição	Assinatura	E-mail
1		João Paulo, da Silva	[Assinatura]	joaopaulo@agricola@hotmail.com
2		[Assinatura]	[Assinatura]	emmanuel@terra.com.br
3		[Assinatura]	[Assinatura]	marcelo@terra.com.br
4		Maria Eduarda Barros	[Assinatura]	mariaeduarda@terra.com.br
5		Paula Karlen Paivada P. Gora	[Assinatura]	ang.stallio@terra.com.br
6		Homero de Oliveira	[Assinatura]	memad@terra.com.br
7		[Assinatura]	[Assinatura]	lunadigena@terra.com.br
8		[Assinatura]	[Assinatura]	stael.araujo@terra.com.br
9		Marcelo de S. Venâncio	[Assinatura]	Marcelo@asa.pb.gov.br
10		Mrs. Estelene S. Santos	[Assinatura]	estelene@asa.pb.gov.br
11				
12				
13				
14				
15				

359  
360